

**Ata da reunião ordinária dos Conselhos Administrativo e Fiscal  
do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de  
Paulínia – PAULIPREV**

Aos vinte e seis dias do mês de janeiro de dois mil e dezessete, às dezoito horas, na sede do Instituto Pauliprev, reuniram-se os Conselhos Administrativo e Fiscal, e funcionários presentes, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto conforme regimento interno dos conselhos. Todos presentes.

**Pauta do dia 26/01/2017:** Posse dos conselheiros administrativos e fiscais; Eleição do presidente do conselho fiscal; Apresentação da nova Diretora Executiva; Mensagem do Diretor Presidente aos conselheiros administrativos e fiscais; Ciência dos processos de aposentadoria; Ciência dos processos de abono de permanência e 14º salário; Deliberação para mudança de prédio da sede do Pauliprev para contenção de despesas; Deliberação sobre contratação de consultoria financeira; Deliberação acerca do comunicado de interrupção da prestação de serviços médicos de perícia; Definição das datas de reuniões ordinárias para o mês de fevereiro de 2017 e outros assuntos de interesse da Autarquia.

**Primeiro item da ordem do dia:** Após apresentação do Presidente do Conselho Administrativo, Sr. Fernando José Roveri, o mesmo solicitou que cada conselheiro se apresentasse aos demais presentes.

**Segundo item da ordem do dia:** Conselheiro Fábio sugere que seja servidor eleito a concorrer pela presidência do conselho fiscal, considerando que o executivo já fez sua indicação.

A conselheira Ligian Regina Kalvon foi eleita por aclamação como Presidente do Conselho Fiscal.

**Terceiro item da ordem do dia:** Os membros da diretoria executiva foram apresentados aos conselheiros e demais funcionários presentes.

**Quarto item da ordem do dia:** O diretor presidente José de Freitas Guimarães assume consigo e com os mais de 5 mil servidores o compromisso da transparência plena, a começar pelas reuniões dos conselhos que serão filmadas para que todos assistam de onde quer que estejam, assume também o compromisso a preservação do patrimônio bem como buscar os investimentos desperdiçados de maneira irregular. Que cada conselheiro vote pelo seu entendimento e pela sua consciência, para o que é melhor para o Instituto, que todo ou qualquer tipo de tomada de decisão será em conjunto com o Conselho Administrativo, tudo será transparente.

**Quinto item da ordem do dia:** Conselheira Iria solicita para constar em ata que recebeu denúncia enquanto esteve no Sindicato acerca de suposta aposentadoria irregular de Diretora Escolar. Ela ocupava cargo de provimento em comissão na administração passada, e aguardava a formalização da denúncia pela Presidente ou pela Diretora do Sindicato junto ao Instituto, para que a denúncia fosse averiguada, uma vez que já deveria estar protocolada e que o Sindicato tinha ciência da pauta da reunião. A conselheira Iria que hoje se sente preocupada em dar ciência nos processos de aposentadoria com essa denúncia. A Sra. Claudia, presidente do Sindicato esclarece que ainda não foi dada entrada no processo de denúncia porque ela foi informada que os mesmos passariam por uma reanálise, e solicita que conste em ata o pedido de revisão dos processos de aposentadoria das Diretoras. O diretor presidente esclareceu que todas as aposentadorias serão vistas pelos membros dos conselhos e não apenas as das Diretoras Escolares. Conselheiro Idú menciona que, conforme Regimento Interno, o Conselho Administrativo é consultivo e deliberativo e que os processos de

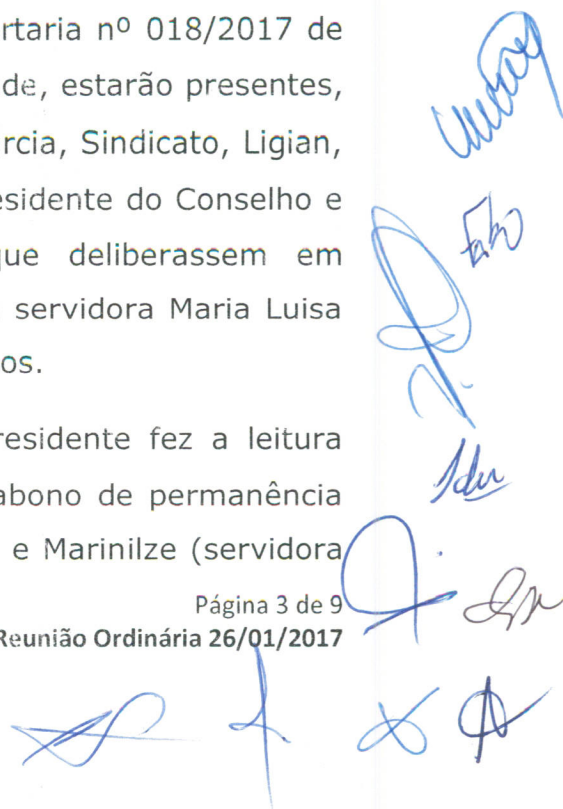




aposentadorias eram passadas para o conselho administrativo analisar, entretanto nos últimos anos isso não vinha acontecendo; disse ainda que a atual assessoria jurídica não atende aos pedidos dos conselheiros para questionamentos de dúvidas, que ele (Idu) não concorda com o parecer dado nos processos de aposentadorias das Diretoras Escolares. Conselheira Iria solicita que conste em ata que se as aposentadorias estiverem irregulares, o Tribunal de Contas aponta e indefere, que o Instituto tem assessoria jurídica contratada para que faça a concessão das aposentadorias nos termos da lei resguardando os direitos dos trabalhadores. A servidora aposentada Maria Luiza menciona que está aposentada desde o dia 11/01/2017, devido a mudança para Portugal necessita da portaria do Instituto para continuidade do processo. Diretor Presidente contextualiza aos conselheiros quanto a situação das Diretoras Escolares frente aos documentos apresentados pelo Departamento de Recursos Humanos no que se refere a forma de ingresso no serviço público bem como ao acesso ao emprego de Diretor Escolar, considerando que a prática de processo seletivo interno utilizada na época foi apontada pelo Tribunal de Contas como irregular.

Foi sugerido por alguns conselheiros a realização de reunião ordinária para o dia seguinte (27/01/2017) com a finalidade de deliberar sobre as aposentadorias revogadas constantes na portaria nº 018/2017 de 19/01/2017. Sugestão aprovada por unanimidade, estarão presentes, Francinete, Idu, Maria Helena, Laercio, Iria, Márcia, Sindicato, Ligian, Fábio, Reginaldo e Nívia. Foi solicitado pelo Presidente do Conselho e pelo Diretor Presidente aos conselheiros que deliberassem em primeiro lugar o processo de aposentadoria da servidora Maria Luisa Lara Borges Ferrite, o qual foi aprovado por todos.

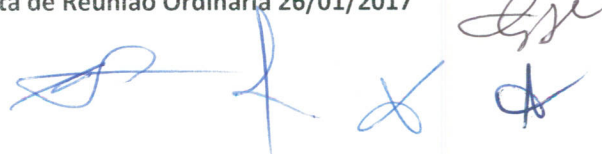
**Sexto item da ordem do dia:** O Diretor Presidente fez a leitura integral das notas técnicas dos processos de abono de permanência dos servidores Francisco (dentista aposentado) e Marinilze (servidora

The right margin of the page contains several handwritten signatures in blue ink. From top to bottom, there is a signature that appears to be 'Francinete', followed by a signature that looks like 'Ligian', then a signature that could be 'Fábio', and finally a signature that might be 'Reginaldo'. There are also some other less distinct marks and initials.

em licença saúde), ficando a análise e discussão para outro momento. O conselheiro Idu menciona que quando o servidor que possui o abono de permanência e entra em licença saúde, afastando-se pelo Pauliprev, faz-se necessário que o Instituto oficie o Departamento Pessoal da Prefeitura para que o valor descontado a título de previdência (11%) seja ressarcido ao servidor em afastamento. O Vereador Tiguilá informa que sendo constituída Comissão de Inquérito para análise dos investimentos realizados no Pauliprev nos últimos anos, tal comissão conta com o apoio dos demais vereadores. A Sra. Cláudia, presidente do Sindicato, informa que tem trabalhado bastante na questão Pauliprev, que apoia a iniciativa do Vereador Tiguilá, e que espera também a paridade nos conselhos, bem como as auditorias que serão realizadas e que devem ser amplamente discutidas com os servidores.

Por consentimento de todos os conselheiros, este item não foi para discussão e votação, o qual será realizado em momento oportuno.

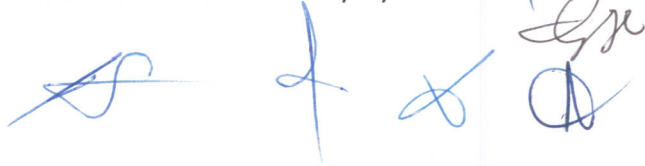
**Sétimo item da ordem do dia:** Diretor Presidente informa que não houve transição de governo, e que no dia 03/01 em que esteve no Instituto foi informado o valor de aluguel da atual sede era no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) mensais. Porém, após aditamento do contrato, o valor majorou para R\$ 20.123,00 (vinte mil, cento e vinte e três reais) mensais, apesar da Diretoria Executiva ter tentado negociar com a Imobiliária Metrópole, sem sucesso. Conselheiro Reginaldo sugere como alternativa o antigo prédio do Caco e a conselheira Ligian, o prédio da Secretaria de Cultura, hoje desativado em frente ao Paulínia Stop Motion. Conselheiro Idú, ao mencionar a independência da Autarquia, sugere a construção de sede própria - obra acessível, sem exageros, vez que o Instituto dispõe de recurso e amparo legal para despesa com administração. Conselheira Ligian pede cautela quanto a construção, pois o Instituto não atingiu a meta esperada (déficit atuarial) e propõe consulta aos





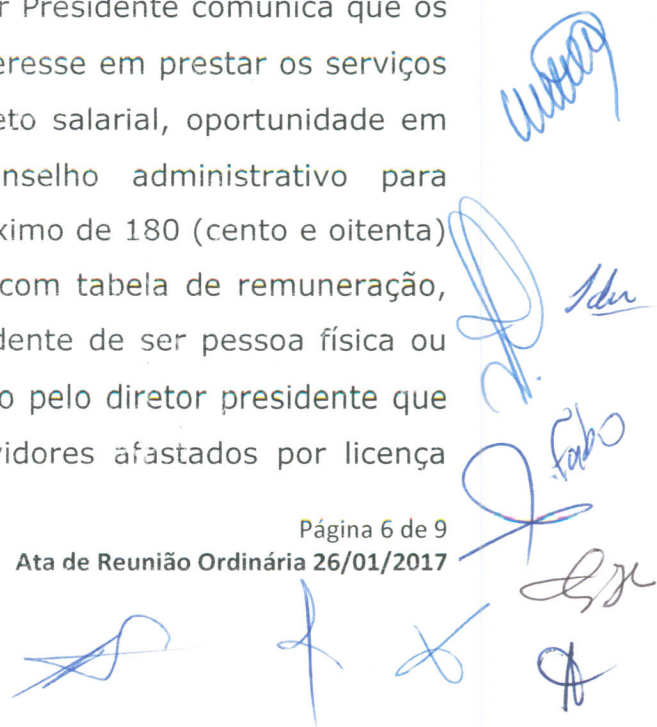
servidores por meio de votação. Servidor Cleber solicita que conste em ata sobre a construção de um prédio simples e dentro das necessidades, bem como a servidora Márcia que também é a favor da independência do Instituto e propõe que o servidor seja consultado. Conselheira Iria solicitou o registro em ata quanto a possibilidade de a Prefeitura viabilizar a disponibilização de outro local para que seja a sede do Instituto considerando a dívida da Prefeitura com a Autarquia, e que seja disponibilizada lista dos bens em imóveis. Desta forma, o diretor presidente demanda autorização ao conselho administrativo para sair do presente imóvel, sendo aprovado por unanimidade e sugere como item para pauta da próxima reunião a indicação de alguns locais da prefeitura e de imóveis para locação com valor justo e dentro das necessidades do Instituto.

**Oitavo item da ordem do dia:** Neste momento, o Diretor Presidente solicita ao conselho autorização para que seja feita auditoria, e reforça ainda que, além dele, o Sindicato, Conselheiros e o Legislativo clamam para a realização da auditoria. Vereador Tiguilá faz pedido de transparência e que as informações estejam sempre atualizadas e publicadas. Também requisita que as aprovações de investimentos não sejam feitas imediatamente, mas sim que se dê tempo necessário para que todas as verificações sejam feitas pelos conselheiros. Servidora Márcia menciona que no final do ano passado as contas foram todas aprovadas e que após um tempo surgiram denúncias de desvios de verbas, que na época oportuna não fazem a denúncia ficando os servidores perdidos com as informações. Conselheira Iria informa a servidora Márcia que não houve desvio e sim, aplicações conforme atas disponíveis nos sites, e explica que os atos dos conselheiros estão transcritos nas atas e o que tinha a ser questionado já está na justiça. Conselheiro Idú aponta a necessidade de concurso público para compor quadro efetivo próprio, pois a cada término de mandato gera insegurança ao servidor e esclarece ainda



que os investimentos são de responsabilidade do Diretor Presidente, Diretor Financeiro e do Comitê de Investimentos e não do Conselho Administrativo. Conselheiros Reginaldo e Iria solicitam que a assessoria jurídica seja acessível e participativa, uma vez que a atual empresa não atende aos pedidos dos conselheiros. O Diretor Presidente informa que o contrato com a atual assessoria vence em maio de 2017 e não será prorrogado, novo processo licitatório será aberto pois será necessário alterar o atual contrato, incluindo outros serviços como por exemplo a participação da assessoria jurídica em reuniões. Conselheiro José Carlos menciona que, em análise superficial e observando nome de alguns fundos onde foram aplicados alguns recursos, já se pode identificar que não são fundos nem de terceira linha. A contratação para consultoria não pode estar voltada somente no preço, mas sim, na sua capacidade de ter uma assessoria que permita fazer aplicações de maneira adequada e segura. Ao contratar uma boa consultoria, faz-se um investimento; entretanto, contratar qualquer consultoria poderá gerar gastos. A comissão de inquéritos é oportuna e estará analisando a qualidade desses ativos, porque, aparentemente, existem sérios problemas. A contratação de consultoria financeira foi aprovada por unanimidade. Servidor presente Cleber pede para que todos os servidores tenham acesso ao material após os estudos da consultoria.

**Nono item da ordem do dia:** O Diretor Presidente comunica que os médicos da prefeitura não têm mais interesse em prestar os serviços de perícia no Instituto em virtude do teto salarial, oportunidade em que é solicitado autorização ao conselho administrativo para contratação emergencial, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias por meio de chamamento público com tabela de remuneração, os interessados credenciam-se independente de ser pessoa física ou pessoa jurídica. É informado ao conselho pelo diretor presidente que até dezembro de 2016 o total de servidores afastados por licença



Handwritten signatures in blue ink on the right side of the page, including names like 'Antonio', 'Ider', 'Fabio', and others.



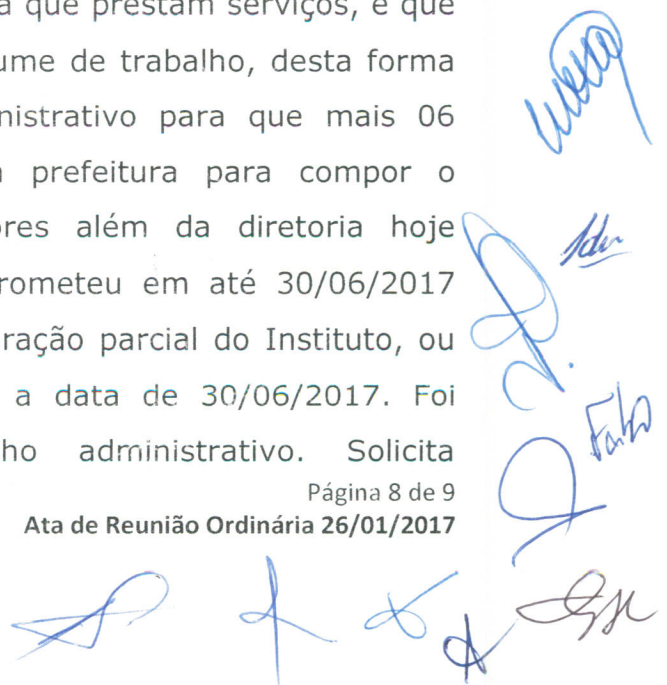
saúde era de 336 (trezentos e trinta e seis). Conselheiro Idu faz sugestão de que o médico reduza sua carga na Prefeitura e que complete aqui nas perícias do Instituto, mas o Diretor Presidente diz que não existe esta possibilidade e que já foi inclusive conversado com o Prefeito sobre este assunto. Conselheira Iria menciona que o Instituto não está cumprindo o que determina a Lei Complementar nº 18, considerando que existe servidor afastado a mais de 02 (dois) anos que deveria estar aposentado por invalidez. Diretor Presidente esclarece que a demora nos agendamentos é pela falta de médicos, lembrando que são 04 (quatro) profissionais para atendimento. Servidor Cleber questiona se a contratação emergencial será apresentada ao conselho e se poderá ser contratada uma clínica ao invés de médico perito, sendo que o Diretor Presidente responde como positivo para os dois questionamentos. Servidora Fernanda, médica concursada da prefeitura, afirma que para tal contratação seria necessário um médico perito, e não de qualquer médico. Item colocado em votação e sendo aprovado por unanimidade pelo conselho administrativo para a abertura para processo do chamamento público. O diretor presidente esclarece que esta modalidade de licitação é legal, meio pelo qual o próprio Tribunal de Justiça está se valendo neste momento.

**Décimo item da ordem do dia:** Ficam definidas as datas de 07 e 21 de fevereiro às 18 horas, para realização das próximas reuniões do Conselho Administrativo.

**Décimo primeiro item da ordem do dia:** O Diretor Presidente solicita ao conselho administrativo autorização para contratação de empresa para serviço de consultoria e auditoria financeira e contábil, sendo aprovada por unanimidade. Conselheiro José Carlos menciona que a empresa deverá ser especializada em fundos. Conselheira Iria lembra que é necessário avaliar os auditores que estarão prestando serviço. O Diretor Presidente solicita ao conselho administrativo

Handwritten signatures in blue ink at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.Handwritten signature in blue ink, located on the right side of the page.Handwritten signature in blue ink, located on the right side of the page.Handwritten signature in blue ink, located on the right side of the page.Handwritten signature in blue ink, located on the right side of the page.Handwritten signature in blue ink, located on the right side of the page.Handwritten signature in blue ink, located on the right side of the page.

autorização para recadastramento dos inativos e cadastramento dos ativos para fins de cálculo atuarial. Conselheiro Guilherme sugere que o cartório faça comunicação ao Instituto quando ocorrer falecimento de servidor inativo. Conselheiro Reginaldo sugere que o cadastramento dos ativos também seja feito pelo Instituto. Diretor presidente informa que a servidora Regina, assistente social, começará a trabalhar no Instituto para estruturar o serviço de atendimento social ao servidor. Neste momento, é informado pelo diretor administrativo que o total de servidores inativos é de 675 (seiscentos e setenta e cinco). Servidor Cleber sugere ação conjunta com a CIPA para que os riscos sejam mapeados e Conselheiro Idu sugere que o recadastramento dos servidores inativos seja feito uma vez ao ano. Diretor Presidente informa que a compensação previdenciária (COMPREV) está atrasada e que será necessária a contratação de empresa para este tipo de serviço com a finalidade de buscar receita para o Instituto, oportunidade em que citou exemplos de municípios como São Bernardo do Campos que buscou por meio do COMPREV em torno de R\$ 90 milhões e a cidade de Piracicaba R\$ 36 milhões. Ao ser colocado em votação, a decisão é aprovada por todos os conselheiros administrativos. Diretor Financeiro Luciano informa que o passivo da Prefeitura com o Instituto é em torno de R\$ 44 milhões, valor não majorado, a ser parcelado por meio de Projeto de Lei. Diretor Presidente informa que hoje o Instituto possui 04 (quatro) servidores cedidos da Prefeitura que prestam serviços, e que estão sobrecarregados pelo grande volume de trabalho, desta forma solicita autorização do conselho administrativo para que mais 06 (seis) servidores venham cedidos da prefeitura para compor o quadro, totalizando 10 (dez) servidores além da diretoria hoje nomeada. Diretor Presidente se comprometeu em até 30/06/2017 encaminhar Projeto de Lei de reestruturação parcial do Instituto, ou seja, cessão de pessoal condicionada a data de 30/06/2017. Foi aprovado pela maioria do conselho administrativo. Solicita





autorização para divulgação através de boletins informativos das atividades, visando a transparência, sendo aprovado por todos os conselheiros. Servidora Márcia solicita a inclusão da função no holerite e Diretor Presidente solicita autorização do conselho administrativo para emissão de carteirinha de aposentado, sendo aprovado por todos os conselheiros.

Não havendo mais deliberações, encerrou-se a reunião, sendo transcrita a ata e assinada por todos os conselheiros.

FERNANDO JOSÉ ROVERI

**Presidente Cons. Administrativo**

NÍVIA CARLA DA FONSECA

**Secretária Cons. Administrativo**

GUILHERME HOFF

LIGIAN REGINA KALVON

JOSÉ CARLOS SOUTO DE PROENÇA

MARCIA CONDE DE SOUZA CAMPOS

FRANCINETE DE SOUSA OLIVEIRA

FABIO CECONELO

IDU ALBINO RIBEIRO

LAERCIO PAPARELLI

IRIA ONIRA DA SILVA

REGINALDO APARECIDO NAVES

MARIA HELENA FURLAN

DAYANA RODRIGUES FELIPE